

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)**

ATIVO	2019	2018	PASSIVO	2019	2018
<b>CIRCULANTE</b>	<b>198.131</b>	<b>186.802</b>	<b>CIRCULANTE (10)</b>	<b>1.244</b>	<b>1.244</b>
<b>DISPONIBILIDADES (4)</b>	<b>84.437</b>	<b>61.386</b>	Outras Obrigações	1.244	1.244
<b>BANDES - Depósitos de Livre Movimentação</b>	<b>84.437</b>	<b>61.386</b>	<b>PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES</b>	<b>953</b>	<b>67</b>
Disponibilidades	76.170	53.461	<b>Provisão de Ações Cíveis - FUNDES</b>	<b>358</b>	<b>67</b>
Disponibilidades - SIF	8.267	7.925	Provisão de Ações Cíveis - FUNDES	358	67
<b>REPASSES INTERFINANCEIROS (6)</b>	<b>59.410</b>	<b>81.645</b>	<b>Credores Diversos - País</b>	<b>595</b>	-
<b>Devedores por Repasses a Agentes Financeiros</b>	<b>59.410</b>	<b>81.645</b>	Valores p/ Quitação de Bens Não de Uso	595	-
BANDES	59.410	81.645	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (11)</b>	<b>195.934</b>	<b>185.491</b>
<b>OPERAÇÕES DE CREDITO (7)</b>	<b>37.059</b>	<b>38.307</b>	<b>Recursos de Incentivos Fiscais</b>	<b>1.655</b>	<b>1.655</b>
Operação Cessão de Crédito	37.059	38.307	<b>Cotistas</b>	<b>7.802</b>	<b>7.802</b>
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b>	<b>7.531</b>	<b>5.464</b>	Cotas Emitidas	7.802	7.802
<b>Títulos de Renda Fixa (5.b)</b>	<b>87.921.773</b>	<b>62.582.006</b>	<b>Resultados Acumulados</b>	<b>186.477</b>	<b>176.034</b>
<b>Debêntures da Carteira Própria</b>	<b>87.921.773</b>	<b>62.582.006</b>	<b>Resultados de Exercícios Anteriores</b>	<b>176.034</b>	<b>173.474</b>
Debêntures Conversíveis em Ações - Normais	2.248.660	-	<b>Resultado do Exercício</b>	<b>10.443</b>	<b>2.560</b>
Debêntures Conversíveis em Ações - Em Atraso	38.062.603	28.891.887	Lucro do Exercício	10.443	2.560
Debêntures Não Conversíveis em Ações - Em Atraso - Lei 8.167/91	150.433	33.679.391			
Debêntures Não Conversíveis em Ações - Em Atraso - MP 2.199/01	47.460.077	10.728			
<b>Títulos de Renda Variável (5.a)</b>	<b>63.611</b>	<b>61.644</b>			
Ações da Carteira Própria	52.435	52.435			
Cotas de Outros Fundos	11.176	9.209			
<b>(-) Provisão para Desvalorização de Títulos</b>	<b>(87.977.853)</b>	<b>(62.638.186)</b>			
(-) Títulos de Renda Fixa	(87.921.774)	(62.582.006)			
(-) Títulos de Renda Variável	(56.079)	(56.180)			
<b>CRÉDITOS VINCULADOS</b>	<b>68</b>	-			
<b>Depósitos Judiciais</b>	<b>68</b>	-			
Depósitos Judiciais - IR	68	-			
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>	-	-			
<b>Rendas a Receber</b>	<b>10</b>	<b>10</b>			
<b>Dividendos - Juros s/ Capital Próprio a receber</b>	<b>10</b>	<b>10</b>			
Ações da Carteira Própria	10	10			
<b>(-) Provisão para Rendas a Receber</b>	<b>(10)</b>	<b>(10)</b>			
<b>(-) Dividendos - Juros s/ Capital Próprio a receber</b>	<b>(10)</b>	<b>(10)</b>			
(-) Ações da Carteira Própria	(10)	(10)			
<b>OUTROS VALORES E BENS</b>	<b>9.626</b>	-			
<b>Bens Não de Uso Próprio</b>	<b>9.626</b>	-			
Imóveis não de uso próprio	9.626	-			
<b>PERMANENTE</b>	-	-			
<b>INVESTIMENTOS</b>	-	-			
Investimentos em Fundos de Desenvolvimento do ES	-	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>198.131</b>	<b>186.802</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>198.131</b>	<b>186.802</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)**

	2019	2018
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>27.088.185</b>	<b>18.382.816</b>
<b>Remuneração s/ Disponibilidades e Depósitos Vinc. à Subscrição (4)</b>	<b>2.962</b>	<b>3.076</b>
<b>Rendas de Operação de Crédito</b>	<b>240</b>	<b>-</b>
Rendas de Renegociação Operação de Crédito	240	-
<b>Rendas de Títulos de Renda Fixa</b>	<b>25.927.656</b>	<b>18.373.543</b>
Custos Básicos	3.338	3.426
Encargos Financeiros	460	512
Encargos sobre Atraso	25.923.858	18.369.605
<b>Rendas de Títulos de Renda Variável</b>	<b>390</b>	<b>2.146</b>
Ágio na Venda Direta de Títulos	-	2.146
Dividendos/Juros s/ Capital Próprio	-	-
Valorização da Carteira de Ações	390	-
<b>Rendas de Operações de Repasse</b>	<b>2.123</b>	<b>2.442</b>
BANDES	2.123	2.442
<b>Reversão de Provisões</b>	<b>1.154.626</b>	<b>1.475</b>
Títulos de Renda Fixa	1.154.559	-
Títulos de Renda Variável (5a)	-	618
Reversão de Prov. Proc. Judiciais	67	857
<b>Outras Rendas</b>	<b>188</b>	<b>134</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(27.077.742)</b>	<b>(18.380.256)</b>
<b>Despesas de Títulos de Renda Variável</b>	<b>(446)</b>	<b>(797)</b>
Deságio na venda de Títulos	-	(320)
Desvalorização da Carteira de Ações	(446)	(477)
<b>Taxa de Administração da Carteira</b>	<b>(3.942)</b>	<b>(5.589)</b>
<b>Despesas Administrativas</b>	<b>(406)</b>	<b>(187)</b>
<b>Despesas de Provisões</b>	<b>(26.494.684)</b>	<b>(18.373.670)</b>
Títulos de Renda Fixa (5b)	(26.494.326)	(18.373.543)
Títulos de Renda Variável (5a)	-	-
Provisão Desp. c/ Processos Judiciais	(358)	(127)
<b>Outras Despesas</b>	<b>(578.264)</b>	<b>(13)</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>10.443</b>	<b>2.560</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de Reais)**

Eventos	Recursos de Incentivos Fiscais	Cotas Emitidas	Resultados Acumulados	TOTAL
<b>SALDOS EM 31/12/2017</b>	<b>1.655</b>	<b>8.052</b>	<b>177.113</b>	<b>186.820</b>
- Ingresso de Recursos	-	-	-	-
- Renegociação de Debêntures	-	(250)	-	(250)
- Variação na Conversão Quotas	-	-	(3.636)	(3.636)
- Resultado Cotas SIF	-	-	(3)	(3)
- Resultado do Exercício	-	-	2.560	2.560
<b>SALDOS EM 31/12/2018</b>	<b>1.655</b>	<b>7.802</b>	<b>176.034</b>	<b>185.491</b>
<b>MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO 2018</b>	<b>-</b>	<b>(250)</b>	<b>(1.079)</b>	<b>(1.329)</b>
<b>SALDOS EM 31/12/2018</b>	<b>1.655</b>	<b>7.802</b>	<b>176.034</b>	<b>185.491</b>
- Ingressos de Recursos	-	-	-	-
- Renegociação Debêntures/Ações	-	-	-	-
- Variação na Conversão Quotas	-	-	-	-
- Resultado Cotas SIF	-	-	-	-
- Resultado do Exercício	-	-	10.443	10.443
<b>SALDOS EM 31/12/2019</b>	<b>1.655</b>	<b>7.802</b>	<b>186.477</b>	<b>195.934</b>
<b>MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO 2019</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.443</b>	<b>10.443</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de Reais)**

	2019	2018
<b>SALDO ANTERIOR</b>	<b>61.385</b>	<b>70.584</b>
<b>ENTRADAS NO PERÍODO (A)</b>	<b>40.786</b>	<b>37.336</b>
Remuneração s/Disponibilidades e Depósitos Vinc. à Subscrição	2.962	3.076
Repasse/Encargos Financeiros	37.204	34.260
Sinal – Leilão Bens Não de Uso	595	-
Dividendos	-	-
Resgate de Ações	-	-
Resgate/Renegociação de debêntures	25	-
<b>SAÍDAS NO PERÍODO (B)</b>	<b>(17.734)</b>	<b>(46.535)</b>
Ordens de Liberação Emitidas – Repasse	(11.195)	(28.518)
Operação Cessão de Créditos	-	(11.283)
Investimentos em outros Fundos	(1.081)	(942)
Taxa de Administração de Carteira	(3.942)	(5.589)
Resgate de Cotas - SIF	(1)	(6)
Outras Despesas	(1.515)	(197)
<b>AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES (A-B)</b>	<b>23.052</b>	<b>(9.199)</b>
<b>SALDO FINAL</b>	<b>84.437</b>	<b>61.385</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

### 1. Contexto Operacional

O FUNDES – Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo foi instituído pela Lei 9.968 de 27 de dezembro de 2012 para recepcionar os recursos do FUNRES – Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo, encerrado em 14 de outubro de 2014, por meio da Portaria nº 363 do Ministério da Integração Nacional.

Em 07 de agosto de 2014, o Fundo teve novo ordenamento jurídico, com a edição da Lei 10.262. O patrimônio do FUNDES é operacionalizado e gerido pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. – BANDES.

### 2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em conformidade com as normas legais e regulamentares estabelecidas para o Fundo, e com práticas contábeis adotadas no Brasil, não sendo requerida a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado.

A provisão para desvalorização de títulos de renda fixa e variável, avaliação da carteira de títulos e apropriação das rendas de debêntures, continuam fundamentadas na legislação aplicada ao extinto FUNRES.

### 3. Principais Práticas Contábeis Adotadas

#### a. Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência, exceto as receitas originadas das operações de créditos adquiridas, que por se tratarem de créditos contingentes, referindo-se a créditos com qualidade deteriorada e, portanto, baixados para prejuízo, são apropriadas ao resultado quando do seu efetivo recebimento. (nota 7)

#### b. Direitos

Constituídos por repasses interfinanceiros, operações de créditos e debêntures. Estão demonstrados pelos valores de realização, com apropriação dos rendimentos em base *pro-rata-die* até o encerramento do balanço.

#### c. Participação em Ações

As participações em ações estão registradas pelo custo histórico e reduzidas por provisões para perdas, combinadas com as seguintes prescrições:

- Os dividendos das participações acionárias quando declarados e aprovados em assembleia geral de acionistas são contabilizados na rubrica “Rendas de Títulos de Renda Variável”;
- As variações patrimoniais da carteira de ações são contabilizadas nas rubricas “Valorização da Carteira de Ações” (se positivas), e “Desvalorização da Carteira de Ações” (se negativas);
- A provisão para desvalorização da carteira é contabilizada nas contas de Resultado do Exercício.

#### d. Provisão para Desvalorização de Títulos de Renda Variável

A provisão para desvalorização da carteira de ações é realizada com base em critérios diferenciados de pontuação, considerando-se fatores determinantes do risco de cada empreendimento, porte e performance do setor de atuação, características da estrutura administrativa-organizacional, níveis de operação relativos à capacidade instalada, e também, no critério estabelecido na Portaria nº 118, de 29 de maio de 2001, do Ministério da Integração Nacional, que determina a constituição de provisão no percentual de 100% (cem por cento) do valor contábil das ações, para as empresas que não remeterem as demonstrações contábeis do exercício social até o dia 31 de dezembro do exercício imediatamente posterior.

#### e. Provisão para Desvalorização de Títulos de Renda Fixa

A provisão para perdas com debêntures é constituída de acordo com os seguintes critérios: 100% das parcelas vencidas para as debêntures com prazo de inadimplemento a partir de 60 dias, conforme estabelecido na Portaria nº 118, de 29 de maio de 2001, do Ministério da Integração Nacional e 100% do valor das parcelas vencidas e vincendas para as debêntures em cobrança judicial e daquelas cujos projetos estejam paralisados ou inacabados.

f. A moeda funcional utilizada pelo FUNDES é o Real, mesma moeda de apresentação destas demonstrações contábeis, nas quais os valores expressos estão em milhares de reais.

g. Estas Demonstrações Contábeis foram autorizadas para emissão em 19 de março de 2020 pela Administração (Fundamento: Decreto nº 3669-R de 16/10/2014 – Regulamento FUNDES, Artigo 10, Inciso XI).

### 4. Disponibilidades no Banco Operador

As disponibilidades R\$ 84.437 (R\$ 61.385 em 2018) são remuneradas conforme art. 4º da Lei 10.262 de 08 de agosto de 2014 mediante aplicação taxa idêntica a adotada na caderneta de poupança. No exercício de 2019, a remuneração auferida sobre os recursos disponíveis totalizou R\$ 2.962 (R\$ 3.076 em 2018).

### 5. Carteira de Títulos

#### a. Ações

Referem-se às participações societárias oriundas da subscrição e integralização de ações e da conversão de debêntures. A avaliação dos títulos é efetuada periodicamente com base nas disposições contidas no art. 7º da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, com redação dada pela Lei nº 9.808, de 20 de julho de 1999, Decreto nº 101, de 17 de abril de 1991, Resolução nº 1.660 de 20 de outubro de 1989, do Banco Central do Brasil e Portaria nº 118 de 29 de maio de 2001, do Ministério da Integração Nacional.

Para efeito de avaliação, as ações serão computadas pela cotação média do último dia de negociação, na hipótese de ações cotadas em Bolsa, ou pelo valor patrimonial, com base no balanço da empresa do último exercício social.

Quanto à provisão para desvalorização das ações não houve constituição nos exercícios de 2018

e 2019. Não houve reversão de provisão em 2019, sendo esta de R\$ 618 em 2018, contabilizadas em contas de Resultado do Exercício (Despesas de Provisões e Reversão de Provisões).

#### b. Debêntures

A remuneração das debêntures é efetuada com base nos índices contratuais (especificamente a TJLP), acrescidos de juros de 4% ao ano, apropriados mensalmente em base *pro-rata-die*, a crédito de contas de resultado, sob o título “Rendas de Títulos de Renda Fixa”. Para as debêntures provenientes de processos de renegociação efetuados com base na Medida Provisória nº 2.199 de 24 de agosto de 2001, e alterações posteriores, a remuneração é de 9,5% (nove vírgula cinco por cento) ao ano. Essa remuneração é condizente com os encargos financeiros dos Fundos Constitucionais de Financiamento exigidos para empreendimentos de médio porte.

As debêntures conversíveis em ações podem ser convertidas após a emissão do Certificado de Empreendimento Implantado, e publicado no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo. As debêntures não conversíveis têm prazo médio total de sete anos para pagamento.

Atendendo à Medida Provisória nº 2.199/2001, e alterações posteriores, é utilizada somente a modalidade de subscrição de debêntures conversíveis em ações. A conversão deve efetivar-se integralmente no prazo de um ano a contar da data de emissão do Certificado de Empreendimento Implantado.

A provisão para desvalorização constituída até dezembro de 2019 foi de R\$ 26.494.326 (R\$ 18.373.543 em 2018).

### 6. Repasses Interfinanceiros

#### a. Financiamentos

Representam os valores repassados ao agente financeiro Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. – BANDES.

OPERAÇÃO CESSÃO DE CRÉDITO				
	Saldos das Operações		Representatividade %	
	2019	2018	2019	2018
FUNRES/FLORESTAL	2	19	-	0,02
FUNRES / TURISMO	311	523	0,53	0,64
FUNRES / SAÚDE	-	8	-	0,01
FUNRES / MÉDIA EMPRESA COMPETITIVA	3.264	5.115	5,50	6,26
FUNRES / FOMENTO RURAL	9.126	12.444	15,36	15,24
FUNDES/CRÉDITO FÁCIL INVESTIMENTO FIXO E MISTO	75	286	0,13	0,35
FUNDES IMI II	-	317	-	0,39
FUNDES IMI III	43	4.148	0,07	5,08
FUNDES/IFM	13.202	19.568	22,22	23,97
FUNDES/TURISMO	2.746	3.396	4,62	4,16
FUNDES/ECONOMIA VERDE	5.164	4.718	8,69	5,78
FUNDES ECONOMIA CRIATIVA LP	150	234	0,25	0,29
FUNDES/MICROCREDITO IFM	378	759	0,64	0,93
FUNDES/MICROCREDITO IMI II	-	12	-	0,01
FUNDES/MICROCREDITO IMI III	18	1.690	0,03	2,07
FUNDES / INOVAÇÃO	-	31	-	0,04
FUNDES/ECONOMIA VERDE - RISCO "C"	37	56	0,06	0,07
FUNDES/ INVESTIMENTO FIXO E MISTO - RISCO "C"	940	1.443	1,58	1,77
FUNDES/TURISMO - RISCO "C"	525	1.134	0,89	1,39
FUNDES/IFM- TAXA VARIÁVEL	3.054	120	5,14	0,15
FUNDES/ INVESTIMENTO FIXO E MISTO - BÔNUS	415	1.387	0,70	1,70
FUNDES/ INVESTIMENTO FIXO E MISTO - BÔNUS - TAXA VARIÁVEL	459	590	0,77	0,72
FUNDES/ECONOMIA SELIC	874	171	1,47	0,21
FUNDES ECONOMIA CRIATIVA SELIC	91	110	0,15	0,13
FUNDES TURISMO SELIC	199	243	0,34	0,30
FUNDES TURISMO SELIC - RISCO C	125	150	0,21	0,18
FUNDES/GIRO - TAXA VARIÁVEL-SELIC	5.193	7.414	8,74	9,08
FUNDES/GIRO - TAXA VARIÁVEL-SELIC-RISCO C	156	215	0,26	0,26
FUNDES/GIRO SELETIVO	11.989	14.384	20,18	17,62
FUNDES/INDUSTRIA 4,0	874	960	1,47	1,18
<b>TOTAL</b>	<b>59.410</b>	<b>81.645</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

As apropriações dos encargos mensais são contabilizadas a crédito de “Rendas de Operações de Repasse”.

O Fundo não constituiu provisão para perdas em “Financiamentos”, devido à inexistência de atrasos nos pagamentos e ao baixo risco de crédito do agente financeiro.

## 7. Créditos Adquiridos

Correspondem a operações de créditos adquiridos do BANDES, nos termos da Lei estadual nº 10.764/17, que alterou a Lei estadual nº 10.262/14 e deliberação do Conselho de Gestor do FUNDES, em reunião datada de 06/09/2017. A cessão é regida subsidiariamente pelos artigos 286 a 298 do Código Civil Brasileiro e Resolução CMN/BACEN nº 2.836/01.

OPERAÇÃO CESSÃO DE CRÉDITO				
	Saldos das Operações		Representatividade %	
	2019	2018	2019	2018
CC - BNDES - PRONAF MAIS ALIMENTOS 2010-2011	3.924	4.691	11,50	12,25
CC - BNDES - PRONAF INVESTIMENTO 2011-2012	13.925	15.305	40,82	39,95
CC - BNDES - PRONAF MAIS ALIMENTOS 2011-2012	8.149	8.728	23,89	22,78
CC - BNDES - PRONAF MAIS ALIMENTOS 2012-2013	4.279	4.670	12,54	12,19
CC - BNDES - PRONAF MAIS ALIMENTOS 2013-2014	2.672	3.022	7,83	7,89
CC - BNDES - PRONAF MAIS ALIMENTOS 2014-2015	869	927	2,55	2,42
CC - BNDES - PRONAF MULHER INVESTIMENTOS SAFRA 2012-2013	1.810	2.022	5,31	5,28
( - ) DESCONTOS OBTIDOS EM CESSÃO DE CRÉDITO	(7.464)	(7.464)	(21,88)	(19,48)
CC / BNDES / PRONAF D	1.310	1.485	3,84	3,88
CC / BNDES / PRONAF D II	1.439	1.581	4,22	4,13
CC / BNDES / PRONAF C I	513	519	1,50	1,35
CC / BNDES / PRONAF C II	1.117	1.130	3,27	2,95
CC / BNDES / PRONAF / MULHER INVESTIMENTO	411	499	1,21	1,30
CC / BNDES / PRONAF / INVESTIMENTO SAFRA 2010-2011	1.159	1.192	3,40	3,11
<b>TOTAL</b>	<b>34.113</b>	<b>38.307</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

## 8. Remuneração do Banco Operador

A Remuneração das disponibilidades foi calculada no exercício de 2019 de acordo com o art. 8º do Decreto 4092-R de 05 de abril de 2017 que define a remuneração do BANDES, pelo desempenho de suas funções em 3% (três por cento) ao ano sobre o patrimônio líquido do Fundo, podendo ser debitado em parcelas mensais.

## 9. Relações com o Banco Operador

	Ativos e (Passivos)		Receitas e (Despesas)	
	2019	2018	2019	2018
Disponibilidades no Banco Operador	84.437	61.386	-	-
Taxa de administração da carteira	-	-	(3.942)	(5.589)
Rendas sobre Disponibilidades de Recursos	-	-	2.962	3.76

## 10. Passivo Circulante

Corresponde aos recursos pertencentes às empresas incentivadas oriundos de devolução de taxa de análise conforme determinado no Acórdão nº. 2.236/2006 do Tribunal de Contas da União.

## 11. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido de R\$ 195.934 (R\$ 185.491 em 2018) é constituído dos grupos e subgrupos: recursos de incentivos fiscais, cotistas, resultados acumulados, resultados de exercícios anteriores e resultado do exercício.

## 12. Eventos Subsequentes

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado na cidade de Wuhan, China. A Organização Mundial da Saúde declarou o "COVID-19" como "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". A Administração não identificou impactos nas demonstrações contábeis do exercício social de 2019 causados pelo "COVID-19", todavia monitora atentamente impactos potenciais nos resultados de 2020.

## MAURÍCIO CÉZAR DUQUE

Diretor-Presidente

## IRANILSON CASADO PONTES

Diretor de Administração e Finanças

## LUIZ FERNANDO C. DE MELLO LEITÃO

Diretor de Negócios

## MARIA EMÍLIA VIEIRA DA SILVA

Diretora Operacional

## VALDIR DOS SANTOS

Contador CRC/ES 13.555/O-3

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos Administradores do FUNDES - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO (Instituído pela Lei Estadual nº 10.262/2014 e Operado pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES). Vitória - ES**

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do FUNDES - Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e da movimentação dos recursos, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FUNDES - Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo, em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e da movimentação dos recursos para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos na nossa auditoria do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Debêntures da Carteira Própria

Os ativos registrados nesse grupo contábil são investimentos oriundos do Fundo denominado FUNRES, extinto pela Medida Provisória Nº 628 em 28 de novembro de 2013.

Com a criação, por meio da Lei 10.262 de 7 de agosto de 2014, o FUNDES assume todo o Ativo e Passivo do FUNRES. Os ativos registrados estão 100% provisionados conforme Nota Explicativa 5.b, restando sem provisão o investimento no próprio BANDES.

## Cessão de crédito da carteira rural

Tratam-se de créditos adquiridos da carteira do BANDES, em conformidade com o art. 9º da Lei 10.764 de novembro de 2017, no montante de R\$ 34.113 mil, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 7.

## Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de março de 2020.

RUSSELL BEDFORD BRASIL  
AUDITORES INDEPENDENTES S/S  
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira  
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP  
Sócio Responsável Técnico